

BOLETIM PNEERQ #008

PNEERQ: BALANÇO DE DOIS ANOS MOSTRA AVANÇOS NA EQUIDADE RACIAL



Secretária Zara Figueiredo e Petronilha Beatriz . Foto: João Stangherlin/MEC

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) completou dois anos de implementação, consolidando-se como uma das principais estratégias do Ministério da Educação (MEC) para o fortalecimento da equidade racial na educação brasileira.

Instituída por meio da Portaria MEC nº 470/2024, a PNEERQ representa um marco na promoção de uma educação comprometida com o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, a valorização da diversidade e o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola em todo o país. A Política integra uma trajetória histórica iniciada com a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras e cuja implementação foi fortalecida pelo Ministério da Educação por meio da regulamentação estabelecida pela Portaria nº 470/2024.

Entre os principais avanços alcançados nesses dois anos, destaca-se a realização, em 2024, do primeiro diagnóstico nacional sobre a implementação da ERER e da EEQ nas redes públicas de ensino.

Com participação de 100% das redes estaduais e 98% das redes municipais, o levantamento permitiu mapear desafios, identificar avanços e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à superação do racismo e das desigualdades educacionais.

Os dados evidenciaram importantes avanços na implementação da 10.639/2003: 78% das redes estaduais e 70% das redes municipais já realizaram revisão curricular em cumprimento à legislação. Além disso, 74% das redes estaduais e 43% das redes municipais possuem normativas específicas voltadas à implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Além do monitoramento das redes de ensino, a PNEERQ também tem ampliado investimentos e ações voltadas ao fortalecimento da equidade racial na educação. Por meio do PDDE Equidade ERER/EEQ, o MEC prevê o repasse de R$ 115 milhões até o final de 2026 para mais de 16 mil escolas em todo o país. A Política também está articulada a mecanismos de financiamento capazes de impulsionar a redução das desigualdades raciais na educação, como a complementação VAAR do Fundeb, que destinará

7,5 bilhões a 4.303 redes de ensino em 2026. Na área de infraestrutura, destacam-se investimentos na construção de novas unidades escolares, incluindo a previsão de 48 novas escolas quilombolas, além de ações voltadas à conectividade pedagógica e à retomada de obras da educação básica.
Leia a matéria completa no portal do MEC:
PNEERQ: balanço de dois anos mostra avanços na equidade racial

DIAGNÓSTICO DE EQUIDADE RACIAL 2026 ESTÁ DISPONÍVEL PARA REDES

Secretarias estaduais e municipais de educação têm até o dia 30 de junho para participarem da edição de 2026 do Diagnóstico de Equidade. O formulário está disponibilizado no módulo Pneerq do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

ROTAS DA EQUIDADE MOBILIZA PREFEITOS E FORTALECE AÇÕES DE EQUIDADE

O Ministério da Educação, por meio da Secadi, realizou no dia 18 de maio, em Brasília (DF), o evento Rotas da Equidade – Como alcançar a condicionalidade III do VAAR. A iniciativa reuniu prefeitos, secretários municipais de educação e representantes de redes de ensino de todo o país com o objetivo de apoiar municípios que ainda não atingiram a condicionalidade III do Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR), critério relacionado à redução das desigualdades educacionais, especialmente aquelas marcadas por recortes raciais.
Durante a abertura do encontro, a secretária da Secadi, Zara Figueiredo, destacou a importância do regime de colaboração entre União, estados e municípios para garantir o direito à educação com qualidade. “Esse encontro convida vocês a construírem um pacto. O debate que fazemos aqui é o que está na Constituição, ou seja, como o MEC, junto com estados e municípios, pode entregar uma educação com garantia de qualidade para todos”.
Atualmente, 1.914 redes — o equivalente a 34% do total — ainda não cumprem a condicionalidade III do VAAR. O critério é necessário para que estados e municípios recebam a complementação da União ao Fundeb, recurso voltado à ampliação do acesso a direitos educacionais e à promoção de mais qualidade e oportunidades para todos.



Zara Figueiredo - Foto: Carlos Dias/MEC



Lara Vilela - Coordenadora-Geral ERER/SECADI
Foto: Carlos Dias/MEC

Representantes de entidades educacionais também participaram do debate, reforçando a importância da cooperação institucional no enfrentamento das desigualdades educacionais. O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Martins, destacou a importância das formações e trocas promovidas pelo MEC.

“Regime de colaboração é fazer juntos. Incentivem seus secretários e secretárias a participarem das formações e atividades, pois as respostas e discussões realizadas aqui serão acompanhadas para que não deixemos ninguém para trás”, afirmou.

Materiais de apoio técnico fortalecem ações de equidade nas redes de ensino - Durante o encontro, o MEC, por meio da Secadi, também apresentou instrumentos e estratégias de apoio técnico voltados à formulação e à implementação de políticas educacionais mais justas, inclusivas e comprometidas com a equidade. Entre os materiais lançados e apresentados às redes de ensino, destacam-se:

Devolutivas de Equidade Racial

As devolutivas da PNEERQ trazem diagnósticos individualizados das redes municipais, com dados sobre desempenho na condicionalidade III do VAAR, recursos recebidos e desigualdades educacionais. Os materiais apresentam os principais desafios e indicam recomendações práticas para promover a equidade racial e apoiar a tomada de decisão dos gestores.

Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo

Os protocolos orientam redes e instituições de ensino na identificação e no enfrentamento de situações de racismo no ambiente escolar. O material apresenta diretrizes para respostas institucionais mais seguras, responsáveis e alinhadas à promoção de uma educação antirracista.

Cadernos de Gestão das Modalidades Educacionais

Organizados em diferentes volumes, os cadernos apoiam estados e municípios na formulação de políticas públicas voltadas às modalidades educacionais, com orientações práticas sobre planejamento, financiamento, formação e monitoramento, considerando as especificidades de cada território e público atendido.



Clelia Mara - Diretora de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola /SECADI Foto: Carlos Dias/MEC



Secretária Zara Figueiredo durante o evento “Rotas da Equidade - como alcançar a condicionalidade III do VAAR.
Foto: Carlos Dias/MEC

BOLETIM #008

ADESÃO ABERTA AO PDDE EQUIDADE 2026

Escolas públicas e redes de ensino podem realizar a adesão ao Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade) 2026 até o dia 3 de junho. O programa, coordenado pela Secadi em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destina recursos financeiros suplementares a escolas públicas de educação básica que atendem populações historicamente excluídas, contribuindo para a promoção da equidade e da qualidade da educação nas redes estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Neste ano, o PDDE Equidade contará com investimento de aproximadamente R$ 378,2 milhões para 30 mil escolas em todo o país. No âmbito da PNEERQ, o eixo PDDE ERER/EEQ prevê o repasse de R$ 115 milhões até o final de 2026, beneficiando mais de 16 mil escolas e fortalecendo ações voltadas à promoção da equidade racial e da Educação Escolar Quilombola.

Como parte das ações de mobilização e orientação das redes de ensino, o MEC realizou uma transmissão ao vivo para apresentar o programa, esclarecer dúvidas e compartilhar experiências sobre a adesão ao PDDE Equidade 2026. O encontro contou com a participação da coordenadora da PNEERQ e representante da Undime Tocantins, Luci Reis, e da gestora escolar Lucirene Rodrigues, do município de Wanderlândia (TO), que compartilharam experiências e orientações para apoiar escolas e redes de ensino no processo de adesão.

Entre as novidades do programa em 2026 estão ajustes realizados a partir de escuta com gestores escolares e redes de ensino ao longo de 2025. As mudanças buscam aperfeiçoar a execução da política, facilitar a prestação de contas, fortalecer o monitoramento e ampliar o alcance das ações de equidade educacional.

Também houve aprimoramentos nos critérios de elegibilidade e priorização das escolas, incluindo a articulação com políticas estruturantes do MEC, como a PNEEI, a PNEERQ e o Novo Pronacampo. No caso do PDDE ERER/EEQ, os critérios de elegibilidade permaneceram os mesmos adotados na edição anterior.

O programa mantém seus principais eixos de funcionamento, além do volume de investimento registrado em 2025, quando mais de 92% da execução financeira foi alcançada.

Os recursos previstos para 2026 serão distribuídos entre os seguintes eixos:

- PDDE Água, Campo e Agroecologia: R$ 93 milhões;
- PDDE Diversidades: R$ 84,9 milhões;
- PDDE ERER/EEQ: R$ 115 milhões;
- PDDE Sala de Recursos Multifuncionais: R$ 200,3 milhões.

Atenção: mesmo as escolas que realizaram adesão ao PDDE Equidade em 2025 precisam efetuar nova adesão em 2026.

pdde EQUIDADE



BOLETIM #008

CONHEÇA OS PROTOCOLOS DE IDENTIFICAÇÃO E RESPOSTA AO RACISMO

O MEC lançou, por meio da Secadi, os Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo. Os protocolos buscam contribuir para evitar a omissão ou a insegurança na tomada de decisões diante de casos de racismo em escolas de educação básica, criando condições institucionais para que a resposta seja consistente, responsável e orientada por diretrizes comuns. Os materiais estão disponíveis na página da Pneerq, no portal do MEC.

O objetivo é que, ao incorporar e operacionalizar esses protocolos, as redes e instituições de ensino do país encontrem neles uma ferramenta eficaz, com linguagem simples, que possa ser bem compreendida por todos os atores que compõem a comunidade escolar.

Os documentos estão organizados para a educação infantil; anos iniciais do ensino fundamental; anos finais do ensino fundamental; e ensino médio.

Os protocolos buscam fornecer um instrumento de apoio efetivo tanto para as redes de ensino quanto para dirigentes escolares, equipe pedagógica e docentes. Para o MEC, é mais do que combater o racismo: é ter instrumentos de ações cotidianas em torno da constituição de uma educação antirracista.

As publicações integram as ações da Pneerq, política fundamental para a efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino das histórias e das culturas afro-brasileiras e africanas em todas as escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio no Brasil.









BOLETIM #008

MEC LANÇA GUIA SOBRE DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO CENSO ESCOLAR

O Ministério da Educação (MEC) lançou, por meio da Secadi, o Guia para Declaração Étnico-Racial para as Redes de Ensino. O material faz parte da Pneerq e busca apoiar as secretarias de educação estaduais, distrital e municipais na implementação de ações sistemáticas voltadas à autodeclaração racial de estudantes para registros do Censo Escolar.

O material faz parte de uma série de esforços do MEC, como ações de formação, sensibilização, monitoramento e gestão da informação, que resultaram em um aumento expressivo na declaração de escolas públicas registrada no último Censo Escolar: de 76%, em 2023, para 90,1%, em 2025.

A declaração correta qualifica os registros étnico-raciais das matrículas, facilitando o planejamento, a execução e a avaliação de políticas públicas efetivas de promoção da equidade educacional. Além disso, colabora para o processo formativo da comunidade escolar na discussão de questões de raça e inclusão.

Cabe às secretarias de educação liderarem o esforço de qualificação dos registros raciais e étnicos, mas o Guia oferece orientações práticas para que esse trabalho seja realizado de forma sistemática, ética e comprometida com a equidade racial.



QUER RECEBER O BOLETIM PNEERQ?

Cadastre-se agora mesmo no link

SECADI REALIZA ENCONTRO DE ALINHAMENTO

A Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola (DIPERQ/SECADI/MEC) promoveu, no dia 18 de maio, um encontro de alinhamento com coordenadores da Pneerq de diferentes estados do país. A programação reuniu debates, orientações e trocas de experiências sobre ações estratégicas da política previstas para 2026, com destaque para o fortalecimento da EEQ, a implementação dos Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo nas escolas, o Diagnóstico Equidade, o PDDE ERER/EEQ e as Devolutivas pela Equidade.

O encontro também reforçou o papel dos coordenadores, articuladores e representantes do CONSED e da UNDIME na implementação das ações da Política em articulação com estados e municípios, fortalecendo o regime de colaboração e o compromisso com a promoção da equidade racial na educação brasileira.



Encontro Coordenadores PNEERQ